

Contas Públicas no Brasil: evolução recente e perspectivas*

Edilberto Carlos Pontes Lima

*Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da
Câmara dos Deputados (Núcleo Fiscal)*

1. Introdução

Após um período de desempenho fiscal desanimador, entre 1995 e 1998, com superávits primários inexpressivos e até déficits em alguns anos, o superávit primário consolidado alcançou 3,1% do PIB em 1999, melhorando as expectativas em relação à economia brasileira. Para 2000 e dois anos seguintes, esperam-se números igualmente positivos, sinalizados no acordo com o Fundo Monetário Internacional e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001, que fixa o resultado primário para aquele ano e indica o resultado para os anos posteriores.

O período 1995/98 mostrou resultados muito desfavoráveis, tendo a dívida pública líquida se elevado em mais de quinze pontos percentuais como proporção do PIB, aproximando-se de 45%. Tanto os resultados primários insatisfatórios, quanto a elevação das taxas de juros e a assunção de dívidas do passado contribuíram para que a dívida pública crescesse. Em 1999, um fator adicional foi a desvalorização cambial, já que cerca de 25% da dívida pública indexava-se ao câmbio.

No governo central, o crescimento de despesas, particularmente da seguridade e de investimentos em geral, a despeito de as receitas estarem elevadas no período, com alíquotas de vários tributos majoradas e a presença de receitas extraordinárias,¹ explica o resultado. As despesas cresceram, em parte, também, devido à redução da inflação ter dificultado o mecanismo de contenção de gastos pelo seu adiamento, o que fazia a inflação corroer parte do seu valor real.

Nos estados e municípios, notadamente nos primeiros, a situação fiscal se deteriorou após 1994 igualmente pela redução da inflação, visto que nas administrações estaduais e municipais recorria-se fartamente aos mecanismos de adiamentos de gastos. Em adição, parte dos governadores reajustou salários de

* O autor agradece os comentários de Fernando Álvares Dias e José Fernando Cosentino, isentando-os por eventuais falhas do trabalho.

¹ Proveniente de concessões, da mudança na sistemática de pagamento de dividendos, de regras no recolhimento de depósitos judiciais (este último com efeito em 1999 e anos seguintes).

servidores públicos, no final de 1994 e início de 1995, em patamar elevado, não apostando no sucesso imediato do Plano Real.

Por sua vez, a elevação das taxas de juros, principalmente em 1995 e em 1998, fizeram o pagamento de juros reais expandir-se consideravelmente e, na ausência de superávits primários expressivos para os contrabalançarem, ampliou-se a dívida pública. Além disso, o reconhecimento de dívidas do passado, como a proveniente do Fundo de Compensações de Variações Salariais – FCVS, também explica o crescimento da dívida pública entre 1995 e 1999, a despeito do considerável volume de receitas de privatização utilizado para amortizá-la.

Em 1999, no governo central, houve significativa redução de despesas de investimento e os efeitos das reformas da previdência e administrativa² começaram a surtir efeito, contendo-se o crescimento das despesas de pessoal e de benefícios previdenciários. Nos estados e municípios, os acordos de renegociação da dívida estabeleceram uma parcela de 11% da receita corrente líquida, em média, para pagamento ao governo central, o que garantiu superávit primário para aquelas esferas.

Para 2000 e seguintes, o esforço fiscal permanece, com a manutenção da carga tributária em patamar elevado e a contenção do gasto público. Nesse sentido, o orçamento federal para esse ano contempla superávit primário de 2,6% do PIB e o acordo com o FMI prevê superávit de 3,25% para o setor público consolidado. Em 2001, continua vigendo o acordo com o Fundo, prevendo superávit primário de 3,35% do PIB, revisto recentemente para 3% do PIB. Para 2002, o governo federal indicou na LDO a intenção de um superávit de 2,2% do PIB. Nos estados e municípios, os pagamentos para amortização de suas dívidas com o governo federal, estabelecidos nos contratos, possibilitam que superávits primários significativos sejam atingidos.

Para o pleno atingimento dos resultados indicados, há, contudo, muito o que se fazer. A pressão por aumento de gastos públicos e por redução da carga tributária é forte, não se negando o mérito dos argumentos: há uma demanda social significativa e o nível de tributos extraído da sociedade é elevado. Todavia, o País já adiou o ajuste fiscal por muito tempo. A inflação é sempre uma ameaça, ao menor relaxamento na política econômica, ela reaparece.

² Na esfera administrativa, as reformas com impacto mais relevante no período aconteceram na legislação infra-constitucional, como a transformação de anuênios em quinquênios, posteriormente extintos, o fim das incorporações de funções de confiança aos salários, as quais contribuíram para reduzir o crescimento vegetativo da folha de pagamentos. Saliente-se, é claro, o papel da não-concessão de reajustes gerais de salários aos servidores públicos.

Duas questões surgem: a primeira é quanto à qualidade do ajuste fiscal, isto é, se ele não representa um obstáculo ao crescimento do País, por se basear na redução do investimento público e na ampliação da carga tributária, agravado pela utilização de tributos excessivamente distorcivos. A segunda questão é sobre a sustentabilidade do ajuste, pela mesmas razões, visto que há considerável demanda pelo aumento do gasto discricionário e pela redução da carga tributária. Ressalte-se, ainda, a forte pressão por aumento de gastos de pessoal, já que não há reajuste geral de salário desde 1995. Do lado positivo, modificações institucionais importantes foram realizadas nos últimos anos, como a reforma previdenciária, a reforma administrativa, a lei de responsabilidade fiscal, todas constituindo instrumentos para uma maior disciplina fiscal.

Mencione-se, ainda, o comportamento da taxa de juros como outro fator fundamental para a trajetória da dívida pública: embora a taxa já tenha caído consideravelmente a partir do segundo semestre de 1999 e tenda a continuar caindo, há riscos em razão do cenário externo.

Além dessa introdução, a seção 2 discute a situação fiscal recente, a seção 3 analisa as perspectivas para as contas públicas para os próximos anos e a última seção apresenta as conclusões do trabalho.

2. Situação Fiscal Recente

As contas públicas brasileiras passaram por uma fase de deterioração significativa entre 1995 e 1998 (Tabela 1); de um superávit operacional (resultado primário mais juros reais) de 1,32% do PIB em 1994 (fluxos dos últimos 12 meses), para um déficit operacional de 7,5 como porcentagem do PIB em 1998. Em 1999, houve sensível melhora, tendo o déficit operacional se reduzido para 3,22% do PIB.

Explica-se essa deterioração pela piora do resultado primário, entre 1995 e 1998, e pelo maior pagamento de juros reais nos anos de 1995 e 1998. Em 1999, o expressivo superávit primário foi o principal responsável pela redução do déficit operacional, além dos juros reais que também se reduziram.

Tabela 1 – Necessidades de Financiamento do Setor Público
Fluxos dos últimos 12 meses (% PIB) – 1994/1999

	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99
Operacional	- 1,32	4,79	3,75	4,28	7,50	3,22
Governo Federal e BCB	- 1,57	1,63	1,62	1,76	5,23	3,01
Estados e Municípios	0,56	2,31	1,82	2,24	1,82	0,46
Estatais	- 0,31	0,84	0,31	0,28	0,50	- 0,25
Primário	- 5,09	- 0,35	0,09	0,98	- 0,01	- 3,08
Governo Federal e BCB	- 3,05	- 0,57	- 0,38	0,26	- 0,57	- 2,25
Estados e Municípios	- 0,85	0,17	0,55	0,72	0,21	- 0,21
Estatais	- 0,65	0,05	- 0,08	- 0,07	0,35	- 0,62
Juros Reais	3,77	5,14	3,66	3,30	7,51	6,30
Governo Federal e BCB	1,48	2,20	2,00	1,49	5,80	5,26
Estados e Municípios	1,41	2,14	1,27	1,52	1,61	0,67
Estatais	0,88	0,79	0,39	0,35	0,15	0,38
Pró-memória: PIB (R\$ milhões)	349.200	646.200	778.900	864.100	899.800	1.010.068

Fonte: Banco Central do Brasil

Obs.: O PIB de 1999 utilizado foi o divulgado pelo BCB, por isso difere das outras tabelas. Ressalte-se que o mesmo deve ser inferior quando o IBGE divulgar o PIB oficial, em razão da utilização por aquela instituição do IGP-DI como inflator.

Por esfera de governo, nota-se que os estados e municípios obtiveram déficit primário todos os anos, a partir de 1995, até 1998. O governo federal, apesar do superávit primário em quase todos os anos, também apresentou sensível deterioração no período, em relação a 1994. As estatais, ao contrário, reduziram o seu déficit. Em 1999, tanto estados e municípios quanto o governo central melhoraram sensivelmente seu resultado primário.

O maior pagamento de juros reais em 1995, 1998 e 1999 deveu-se, nos dois primeiros anos, ao aumento das taxas de juros (Tabela 2), devido à defesa da política de câmbio quase fixo, vigente no período, e no último, ao próprio crescimento do estoque da dívida pública.³ Note-se que em 1999, apesar de a taxa de juros nominal ter sido alta, particularmente no primeiro semestre, a taxa de juros real caiu sensivelmente em decorrência da aceleração da taxa de inflação, principalmente dos

³ As taxas de juros incidem sobre grande parte da dívida, contribuindo para aumentar o custo de rolagem e, também, do seu estoque nos períodos posteriores. Sofreram três grandes choques entre 1995 e 1998. O primeiro foi de janeiro a março/95 – contexto da crise do México – quando atingiu 4,26% ao mês em abril. O segundo em novembro de 1997 – efeitos da crise da Ásia – quando atingiu 3,04% ao mês e o terceiro choque ocorreu em setembro/98 – crise da Rússia – quando a taxa *over selic* atingiu 2,6% ao mês.

índices gerais de preço, que fecharam 1999 próximos a 20%, contra índices inferiores a um dígito nos anos anteriores.

Tabela 2 – Taxa de Juros Real (%)

Ano	Deflator	
	IGP-M	IPCA
1994	29,26	23,24
1995	32,84	25,06
1996	16,69	16,29
1997	15,82	18,59
1998	26,52	26,69
1999	4,57	15,28

Fonte: Banco Central do Brasil

Obs.: Calculadas em relação à taxa Selic.

A deterioração dos resultados primários explica-se pelos seguintes fatores:

i) queda drástica da inflação, que enfraqueceu um mecanismo muito utilizado pelos governos em suas três esferas (federal, estadual e municipal), conhecido como “efeito Patinkin”⁴: atrasos de pagamentos não indexados, desvalorizando-os em termos reais, como os salários dos servidores públicos e os fornecedores. É um resultado contrário ao “efeito Tanzi”⁵, em que a arrecadação tributária seria corroída pela inflação, em razão da defasagem de tempo entre o fato gerador do tributo e sua efetiva arrecadação. Com a indexação diária das receitas no Brasil antes do Plano Real, o “efeito Tanzi” reduzia-se sensivelmente, tornando-se bem menos importante que o “efeito Patinkin”;

ii) aumento dos gastos com seguridade social, tendência já observada desde a promulgação da Constituição em 1988. Em 1994, estes gastos encontravam-se em 6,41% do PIB, elevando-se para 6,93% em 1995, 7,18% em 1997, 7,83% em 1998 e 7,9% em 1999. Na Previdência, os motivos para o crescimento de tais gastos foram a expansão do número de beneficiários, porque muitos se aposentaram nos últimos anos por temer mudanças produzidas pela Reforma da Previdência, então em tramitação no Congresso Nacional, e os aumentos reais do salário mínimo nos últimos quatro anos (aumento de 28% de 1994 a 1999, em relação ao INPC), em parte

⁴ Ver Cardoso (1998). Bacha (1994) e Velloso (1997) descrevem detalhadamente este efeito, que chamam de “repressão fiscal”.

⁵ Ver Tanzi (1978).

estendidos aos demais benefícios.

A assistência social também expandiu seus gastos em decorrência de maior adesão aos benefícios da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS), que garante “um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.” Essa despesa se expandiu pela disseminação da informação da existência da lei e pela diminuição da idade mínima para concessão do benefício (70 anos em 1993, 67 em 1995 e 65 em 1997), redução já prevista no texto original da lei.

Tabela 3 – Evolução das Despesas do Governo Federal com Seguridade Social por Programa (% PIB) – 1994/1999

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Previdência	4,94	5,45	5,67	5,59	6,27	6,18
Assistência	0,001	0,05	0,08	0,14	0,18	0,21
Saúde	1,46	1,44	1,60	1,44	1,38	1,51
Total	6,41	6,93	7,35	7,18	7,83	7,90
Pró-memória: PIB (R\$ milhões)	349.200	646.200	778.900	864.100	899.800	998.688

Fonte: SIAFI a partir do banco de dados da COFF/CD.

Obs.: Despesas com programas de Previdência e Assistência do Ministério da Previdência e Assistência. Despesas com o programa efetuadas pelo Ministério da Saúde.

iii) deterioração do resultado de estados e municípios, apesar da maior participação, principalmente dos últimos, no bolo de receitas do País, promovida pela Constituição de 1988. A principal causa, em parte explicada pela redução do “efeito Patinkin”, foi a expansão dos gastos com pessoal, bem acima do limite de 60% da receita corrente líquida na maior parte dos estados, conforme estabelecido então pela Lei Camata⁶ e, a partir de maio de 2000, pela lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101). As empresas estatais (federais, estaduais e municipais) contribuíram com a menor parcela da deterioração fiscal do setor público consolidado.

Por grupo de despesa, no governo central, (Tabela 4), nota-se que o maior incremento deu-se em Benefícios Previdenciários, pela razões já mencionadas. Outros Custeios e Capital também apresentaram alguma expansão, principalmente por estarem em patamar muito baixo em 1994. Note-se também que esta rubrica inclui ainda a

⁶ Ver Velloso (1998).

despesa da LOAS já referida. Pessoal apresentou queda como proporção do PIB, em razão da política de contenção de salários, com concessão de reajustes apenas para algumas categorias específicas. Embora a tabela não mostre, o gasto com pessoal ativo apresentou redução ainda mais significativa, contrabalançada, em parte, pelo incremento dos gastos com pessoal inativo.

Tabela 4 – Evolução dos Principais Grupos de Despesa do Governo Federal (% PIB) – 1994/1999

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Pessoal	5,14	5,49	5,16	4,95	5,26	5,02
Benefícios Previdenciários	4,90	5,00	5,30	5,50	5,90	5,80
OCC	3,26	3,36	3,33	4,39	4,72	3,87
Pró-memória: PIB (R\$ milhões)	349.200	646.200	778.900	864.100	899.800	998.688

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Política Econômica; MF.
Obs.: PIB de 1999 estimado pelo autor.

No lado das receitas, houve crescimento, notadamente das receitas de contribuições, mas não suficiente para anular o efeito do aumento dos gastos no período. Contou-se com aumento de alíquotas de diversos tributos, com a introdução da CPMF e com o ingresso de receitas transitórias como as concessões e a parcela de preço específica.

Tabela 5 – Receita Corrente Total do Governo Federal – 1995/1999 (% PIB)

Em milhões		1995	1996	1997	1998	1999
Especificações						
Receita Corrente Total		20,46	20,21	20,21	22,27	21,99
1. Tributária		7,44	6,91	6,91	7,63	7,56
1.1 Impostos		7,38	6,85	6,85	7,52	7,47
1.2 Taxas		0,06	0,06	0,06	0,12	0,09
2. Contribuições		9,49	10,18	10,18	10,42	11,39
2.1 Contribuições Sociais		4,73	4,77	4,77	5,14	6,28
2.2 Contribuições Econômicas		0,15	0,20	0,20	0,17	0,15
2.3 Contribuições Previdenciárias		4,60	5,22	5,22	5,11	4,96
3. Patrimonial		0,94	0,46	0,46	1,54	0,93
4. Agropecuária		0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
5. Industrial		0,01	0,01	0,01	0,03	0,03
6. Serviços		1,12	1,08	1,08	1,04	1,16
7. Transferências Correntes		0,03	0,03	0,03	0,02	0,01
8. A Classificar		0,00	0,02	0,02	0,07	0,04
9. Outras Receitas Correntes		1,43	1,50	1,50	1,72	0,87
PIB: Pró-memória (R\$ milhões)		646.200	778.900	778.900	889.800	998.688

Fonte: SIAFI. Obs.: Receita líquida de restituições e incentivos fiscais.

A combinação de juros elevados e superávits primários inexpressivos ou mesmos déficits fizeram a dívida líquida do setor público crescer significativamente entre 1994 e 1999, saltando de 28,5% do PIB em 1994, para 46,9% do PIB em 1999, como mostra a Tabela 6. Adicionalmente, houve, a partir de 1996, expressivo reconhecimento de dívidas não explicitadas anteriormente pelo governo, os chamados “esqueletos”, superando o montante de receitas de privatização.⁷

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público – 1994/1999

Especificação	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99
Dívida Líquida Total	28,5	31,2	33,3	34,5	43,7	46,9
Gov. Fed. e Banco Central	12,3	13,5	15,9	18,8	25,3	28,7
Gov. estaduais e municipais	9,5	10,8	11,5	13,0	14,3	15,5
Empresas estatais	6,7	6,8	5,9	2,8	2,9	2,7
Privatização	-	-	- 0,1	- 2,0	- 3,4	- 3,6
Dív. fiscal líq. sem privatização	-	-	33,1	32,5	40,3	43,3
Ajuste Patrimonial	-	-	2,0	2,1	5,4	7,3
Dív. fiscal líq. sem ajuste patr.	-	-	31,1	30,4	34,9	36,0
Pró-memória: PIB (R\$ milhões)	518.200	696.212	782.470	891.803	910.598	1.101.459

Fonte: Banco Central do Brasil

Obs.: O PIB a preços de dezembro do ano indicado.

O ano de 1999 representa um verdadeiro ponto de inflexão nas contas públicas brasileiras, com a obtenção de um expressivo superávit primário. Ainda no final de 1998 o governo anunciou o Programa de Estabilidade Fiscal – PEF, englobando diversas medidas de ajuste fiscal, tanto do lado da despesa quanto da receita. Em seguida, anunciou-se um acordo com o Fundo Monetário Internacional reafirmando o compromisso com o ajuste fiscal, indicando metas de superávit para 1999, 2000 e 2001, 3,1% do PIB, 3,25% e 3,35% do PIB, respectivamente. Em 1999, como mostra a Tabela 1, a meta foi atingida.

O que tornou possível o resultado de 1999 – e provavelmente possibilitará os resultados nos anos seguintes – foi, além da manutenção do nível de receitas em patamar elevado, com a majoração das alíquotas de Cofins, CPMF e do imposto de

⁷ Ver Lima, Pereira e Pego (1999) para uma análise detalhada desses ajustes patrimoniais e seu impacto sobre a dívida pública.

renda da pessoa física, e a mudança na sistemática de recolhimento de depósitos judiciais, a redução (como proporção do PIB) dos gastos com Outros Custeios e Capital, Pessoal e até com Benefícios Previdenciários (ver Tabela 4).

3. Perspectivas para as contas públicas

O acordo com o FMI e as modificações institucionais recentes – reforma previdenciária, reforma administrativa e lei de responsabilidade fiscal – possibilitam ao País muito mais condições de manter o ajuste fiscal.

Os resultados do primeiro semestre de 2000 sugerem que a meta será novamente atingida e a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2001 reafirma o compromisso do governo central com o acordo com o Fundo.

Em 2000, as alíquotas mais elevadas de Cofins e CPMF continuam vigorando. As despesas, por seu lado, devem continuar contidas, notadamente o custeio e investimento. A principal boa notícia é o resultado favorável das estatais, puxado pela Petrobrás.

Nos estados e municípios, há muitas dúvidas. A aprovação da reforma administrativa viabiliza a demissão de servidores públicos sempre que o limite de 60% da receita corrente líquida com gastos de pessoal for superado e a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal favorece uma maior disciplina fiscal por parte dos governantes. Os resultados do primeiro semestre dessas esferas foram surpreendentemente positivos. As eleições municipais de 2000 podem representar uma maior pressão por gastos públicos.

Do lado do pagamento de juros, a continuidade da redução das taxas, iniciada no segundo semestre de 1999, possibilitará uma melhora do resultado operacional, o que, combinado com os superávits primários, garantirá uma trajetória mais favorável para a dívida pública.

Os pontos mais críticos são a qualidade do ajuste fiscal, muito baseado em tributos distorcivos e na contenção de investimentos públicos; as pressões por aumentos de gastos, notadamente com pessoal, já que desde janeiro de 1995 não há reajuste geral de salários; e os “esqueletos” que não param de se apresentar, como a recente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Além disso, o volume expressivo de receitas que ingressaram extraordinariamente entre 1997 e 2000 tende a reduzir-se, como é o caso das concessões, da conversão de depósitos judiciais e das receitas provenientes de negociação de débitos tributários em atraso. Quanto ao juros, embora o cenário seja favorável, há riscos por conta da crise na Argentina, da forma de desaceleração da economia americana, determinando a política monetária daquele país, e dos preços internacionais do petróleo.

4. Conclusão

Esse artigo discutiu brevemente a evolução das contas públicas brasileiras na segunda metade da década de 90 e analisou as perspectivas para os anos seguintes.

Observa-se que, paradoxalmente, a queda da inflação desempenhou papel considerável para a piora da situação fiscal, na medida em que reduziu o mecanismo, espúrio, diga-se, de contenção de despesas públicas por meio de adiamento de pagamentos. Além disso, agravou-se a crise previdenciária, em face de muitas aposentadorias precipitadas quando da discussão da reforma previdenciária, e recuperou-se o investimento e custeio público, muito comprimidos no período anterior.

O ano de 1999 representou um ponto de inflexão nos resultados fiscais, com expressivo superávit primário nas três esferas de governo. A contenção do custeio e do investimento (OCC) e a manutenção da carga tributária em patamar elevado explicam esse desempenho no governo central. Nos estados e municípios, os acordos de renegociação da dívida garantem o bom resultado por estabelecerem a transferência de 11%, em média, de suas receitas correntes líquidas para a União, a título de serviço da dívida.

Nos anos 2000 e seguintes, os resultados fiscais devem continuar favoráveis. Há reformas institucionais importantes que contribuem para a disciplina fiscal, como a reforma administrativa, a reforma previdenciária e a lei de responsabilidade fiscal. Além disso, o acordo com o FMI prevê superávits primários elevados em 2000 e 2001. Para 2002, a Lei de Diretrizes Orçamentárias indica a intenção de um superávit expressivo. Há muito o que se fazer para obtê-los, visto que existem fortes pressões pela expansão do gasto público, notadamente em investimento e em pessoal, muito comprimidos nos últimos anos, e pela redução da carga tributária, que se encontra em patamar elevado pela ampliação da alíquota de vários tributos, fato agravado por serem muito distorcivos.

Bibliografia

Bacha, E. . O Fisco e a inflação: uma interpretação do caso brasileiro”. *Revista de Economia Política*. Vol. 14 (1). 1994.

Cardoso, E. *Virtual deficits and the Patinkin Effect*. *Staff papers*. Vol. 45, Nº 4. Dezembro de 1998.

Giambiagi, F. *O ajuste fiscal de 1999/2000*. Mimeo. 38 págs. Agosto de 1997.

IPEA. *Boletim de Finanças Públicas*. Brasília. (vários números).

Lima, E. C P, *Empresas estatais, retorno de investimento e ajuste fiscal. A privatização é um bom negócio para o governo?* II Prêmio STN de Monografia.

Brasília. 1998.

Lima, E. C. P., Pereira, F. e Pego Filho, B. P. Privatização, Ajuste Patrimonial e Contas Públicas no Brasil. *Texto para Discussão do IPEA*. Setembro de 1999.

Tanzi, V. *Inflation, real tax revenue, and the case for inflationary finance: theory with application to Argentina*. *Staff papers*, International Monetary Fund, vol. 25. Setembro de 1978.

Velloso, R. *Déficit Federal: evolução recente e perspectivas*. Mimeo. Brasília. 1997.

_____. *Como acelerar o ajuste fiscal*. Trabalho apresentado no IX Fórum Nacional. INAE. Brasília. 1997.

_____. *Balanço da situação das contas públicas no pós-Real*. Trabalho apresentado no X Fórum Nacional. INAE/BNDES, Rio de Janeiro. Maio de 1998.